



RESULTADOS SOCIAIS DA BASE LEGAL DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL: ANÁLISE COMPARATIVA COM OS PAÍSES BRICS PARA A GOVERNANÇA E POLÍTICAS SOCIAIS

Social Results of the Legal Basis of Public Budget in Brazil: Comparative Analysis with BRICS Countries for Governance and Social Policies

Francielle da Silva Oliveira
Luana Gattass e Silva
Mário Sérgio de Freitas
Paulo Sérgio Almeida-Santos
Sidney Ferreira da Costa

RESUMO

Este estudo analisa comparativamente os orçamentos públicos dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no período 2022-2024, investigando a relação entre investimentos sociais, eficiência da gestão e desenvolvimento humano. A metodologia combina análise quantitativa, com desenvolvimento de indicadores de eficiência (IESA) e análise qualitativa dos arcabouços jurídico-institucionais. Os resultados sugerem que o Brasil, apesar de investir 21,1% do PIB em áreas sociais, apresenta eficiência moderada (IESA = 3,73), ocupando a 4ª posição entre os BRICS. A análise estatística revela que eficiência da gestão apresenta correlação mais forte com o IDH ($r = 0,79$) do que o volume de investimentos ($r = 0,68$), sugerindo que aprimoramentos na qualidade da gestão podem gerar impactos equivalentes a aumentos orçamentários de 30% a 50%. As principais contribuições são: (1) análise comparativa inédita do período pós-pandemia; (2) desenvolvimento de indicadores de eficiência; e (3) evidência empírica da primazia da eficiência sobre o volume de recursos.

Palavras-chave: Orçamento Público. BRICS. Políticas Sociais. Governança Fiscal. Investimento em P&D.

ABSTRACT

This study comparatively analyzes the public budgets of the BRICS countries (Brazil, Russia, India, China, and South Africa) from 2022 to 2024, investigating the relationship between social investments, management efficiency, and human development. The methodology combines quantitative analysis, with the development of efficiency indicators (IESA), and qualitative analysis of legal-institutional frameworks. The results show that Brazil, despite investing 21,1% of its GDP in social areas, exhibits moderate efficiency (IESA = 3,73), ranking 4th among the BRICS. Statistical analysis reveals that management efficiency has a stronger correlation with the HDI ($r = 0.79$) than the o volume of investments ($r = 0.68$), suggesting that improvements in management quality can generate impacts equivalent to budget increases of 30% to 50%. The main contributions are: (1) an unprecedented comparative analysis of the post-pandemic period; (2) the development of efficiency indicators; and (3) empirical evidence of the primacy of efficiency over the volume of resources.

Keywords: Public Budget. BRICS. Social Policies. Fiscal Governance. R&D Investment.

1 INTRODUÇÃO

O orçamento público constitui instrumento fundamental de governança fiscal e implementação de políticas sociais, refletindo as prioridades políticas e econômicas de cada nação (Giacomoni, 2019).

Os países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) representam um bloco de crescente relevância geopolítica e econômica, compreendendo 42% da população mundial e 26% do PIB global. Apesar do protagonismo, ainda são escassos os estudos que comparem sistematicamente seus orçamentos públicos, especialmente no período pós-pandemia (2022-2024), que impôs novos desafios fiscais e sociais. Brüttsch e Papa (2013) destacam que, apesar do crescente interesse acadêmico, a literatura carece de análises empíricas que examinem as práticas coletivas e dinâmicas associativas do bloco, justificando a necessidade de estudos que transcendam a retórica e investiguem ações concretas, como a alocação de recursos orçamentários. Este artigo preenche essa lacuna ao analisar os investimentos em cinco áreas estratégicas: saúde, educação, assistência social, segurança pública e pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D).

O objetivo geral deste estudo é analisar comparativamente os orçamentos públicos do Brasil e dos demais países BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul) no período 2022-2024, identificando padrões de alocação de recursos, arcabouços jurídicos e impactos nos indicadores de desenvolvimento humano.

Já os objetivos específicos compreendem:

1: Mapear e quantificar os investimentos orçamentários dos países BRICS nas cinco áreas estratégicas (Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública e P&D) no período 2022-2024, identificando os arcabouços jurídicos e institucionais que regem sua elaboração e execução.

2: Comparar a evolução dos gastos públicos entre os países BRICS, analisando tendências, prioridades setoriais e a relação entre investimentos orçamentários e indicadores de desenvolvimento (IDH, PIB per capita, expectativa de vida, anos de escolaridade).

3: Avaliar a eficiência relativa dos gastos públicos nos países BRICS através da relação entre investimento e resultados sociais, identificando boas práticas de governança fiscal.

4: Propor recomendações para o aprimoramento da alocação orçamentária brasileira com base na análise comparativa e nas experiências dos demais países BRICS.

A Hipóteses de Pesquisa proposta para este estudo compreende:

Hipótese Principal (H0). A eficiência da gestão dos gastos públicos (medida pela relação entre investimentos e resultados sociais) é mais determinante para o desenvolvimento humano (IDH) do que o volume absoluto de investimentos nas áreas sociais nos países BRICS.

Hipóteses Secundárias:

1 - Priorização Orçamentária e Arcabouço Jurídico: O Brasil apresenta maior proporção de gastos sociais em relação ao PIB quando comparado aos demais países BRICS, refletindo seu modelo constitucional de Estado de Bem-Estar Social, e países com arcabouços jurídicos orçamentários mais transparentes (Brasil, África do Sul) apresentam maior previsibilidade na execução orçamentária.

2 - Investimento em P&D e Crescimento Econômico: A China apresenta investimentos significativamente superior em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (% do PIB) em



comparação com os demais BRICS, o que se correlaciona com seu crescimento econômico acelerado e estratégia de autossuficiência tecnológica.

3 - Contexto Geopolítico e Realocação Orçamentária: A militarização do orçamento russo a partir de 2022 resultou em redução relativa dos investimentos em áreas sociais, impactando negativamente os indicadores de qualidade de vida e evidenciando como escolhas orçamentárias podem refletir prioridades políticas.

A relevância deste estudo se justifica por três aspectos principais. Primeiro, a escassez de análises comparativas abrangentes sobre orçamentos públicos nos BRICS, especialmente com dados atualizados do período pós-pandêmico (Lopes Jr., 2015; Franklin; Krane; Ebdon, 2013). Segundo, pela necessidade de avaliar a eficiência dos gastos públicos em contexto de restrições fiscais crescentes (Tesouro Nacional, 2023). Terceiro, o potencial de aprendizado institucional através da Cooperação Sul-Sul, conforme preconizado pela Nova Agenda Urbana e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Orçamento Público e Governança Fiscal

O orçamento público é definido como instrumento de planejamento governamental que estima receitas e fixa despesas para determinado período, orientando a ação estatal na consecução de objetivos econômicos e sociais (Giacomoni, 2019). Segundo Musgrave e Musgrave (1989), o orçamento cumpre três funções essenciais: alocativa (provisão de bens públicos), distributiva (redistribuição de renda) e estabilizadora (manutenção do equilíbrio macroeconômico).

A governança fiscal, por sua vez, refere-se ao conjunto de arranjos institucionais, regras e práticas que orientam a gestão das finanças públicas (FMI, 2018). Inclui aspectos de transparência, participação social, controle e accountability. Estudos sugerem correlação positiva entre qualidade da governança fiscal e eficiência dos gastos públicos (Rajkumar; Swaroop, 2008).

2.2 Arcabouços Jurídicos Orçamentários nos BRICS

Os países BRICS apresentam modelos jurídico-institucionais distintos para a elaboração e execução orçamentária, refletindo suas trajetórias históricas e sistemas políticos.

Brasil: Sistema federativo com forte descentralização fiscal. A Constituição de 1988 estabelece vinculações constitucionais para saúde (15% da receita líquida da União) e educação (18% da receita de impostos) (Brasil, 1988). A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) institui limites para despesas com pessoal e endividamento (Brasil, 2000). O Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95/2016) estabeleceu teto de gastos, posteriormente flexibilizado pelo Novo Arcabouço Fiscal (LC 200/2023) (Brasil, 2023).

Rússia: Sistema centralizado com forte controle presidencial. O Budget Code of the Russian Federation (Lei Federal nº 145-FZ/1998) regula o processo orçamentário em três níveis: federal, regional e municipal (Rússia, 1998). O sistema russo caracteriza-se por baixa transparência e participação social limitada (Diamond, 2002).

China: Sistema de planejamento centralizado com orçamento integrado aos Planos Quinquenais. A Budget Law da República Popular da China, revisada em 2014, estabelece



princípios de legalidade, transparência e supervisão parlamentar (China, 2014). O sistema chinês combina planejamento de longo prazo com flexibilidade de execução (Lou, 2008).

Índia: Sistema federativo com orçamento anual apresentado ao Parlamento. A Constituição indiana estabelece divisão de competências tributárias entre União e Estados. O Fiscal Responsibility and Budget Management Act (2003) institui metas fiscais e transparência orçamentária (Índia, 2003). O sistema indiano se caracteriza por elevada fragmentação e complexidade (Kapur; Mehta, 2007).

África do Sul: Sistema parlamentarista com forte controle legislativo. A Public Finance Management Act (1999) e a Municipal Finance Management Act (2003) regulam as finanças públicas (África do Sul, 1999). O sistema sul-africano destaca-se pela transparência e participação social, sendo referência internacional (Wehner, 2006).

2.3 Análise de Eficiência de Gastos Públicos

A análise de eficiência de gastos públicos busca avaliar a capacidade dos governos de converter recursos (inputs) em resultados sociais e econômicos (outputs). Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005) desenvolveram metodologia pioneira para mensurar eficiência do setor público em países da OCDE, utilizando indicadores de desempenho em saúde, educação e administração pública. Gupta e Verhoeven (2001) aplicaram Análise Envoltória de Dados (DEA) para avaliar eficiência de gastos em saúde e educação em países africanos, apontando que países com menores recursos podem obter resultados superiores através de melhor gestão. Estudos mais recentes confirmam que a qualidade institucional e a governança são as determinantes mais importantes da eficiência do que o volume de recursos (Rajkumar; Swaroop, 2008).

Especificamente sobre os BRICS, Gebert e de Mello-Sampayo (2025b) analisaram a eficiência no desenvolvimento sustentável utilizando DEA, identificando que China e Rússia apresentam maior eficiência relativa, enquanto Brasil e África do Sul enfrentam desafios de gestão. Jakovljevic (2016) comparou gastos em saúde entre BRICS e G7, evidenciando que os BRICS gastam proporcionalmente menos, mas enfrentam dupla carga de doenças (infecciosas e crônicas).

2.4 Estudos Comparativos sobre BRICS

A literatura sobre análises comparativas de orçamentos públicos nos BRICS é relativamente recente. Lopes Jr. (2015) analisou os princípios jurídicos orçamentários sino-brasileiros, identificando convergências nos princípios de legalidade e anualidade, mas divergências na transparência e participação social. Franklin, Krane e Ebdon (2013) compararam processos de governança multinível e participação cidadã no orçamento local entre Brasil, China e Estados Unidos, destacando o orçamento participativo brasileiro como inovação institucional.

Ravallion (2011) conduziu análise comparativa sobre redução da pobreza no Brasil, China e Índia, sugerindo que diferentes estratégias (crescimento econômico na China, programas sociais no Brasil, reformas agrárias na Índia) podem ser eficazes em contextos específicos. Ferrari-Filho e Spanakos (2009) analisaram as diferenças de desempenho econômico entre Brasil e China, atribuindo o sucesso chinês à combinação de abertura comercial com manutenção de controle estatal sobre setores estratégicos.



Costa (2015) comparou o financiamento público da educação superior entre Brasil, Canadá e China, identificando que a China aumentou significativamente investimentos educacionais como estratégia de desenvolvimento econômico. Joy e Panda (2020) analisaram padrões de dívida pública nos BRICS, alertando para riscos de sustentabilidade fiscal no Brasil e na África do Sul.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa, Fontes de Dados e Período de Análise

Esta pesquisa se caracteriza como aplicada quanto à natureza, quantitativa e qualitativa quanto à abordagem, descritiva e explicativa quanto aos objetivos e documental quanto aos procedimentos (Gil, 2019). O estudo adota perspectiva comparativa internacional, analisando cinco países ao longo de três anos (2022-2024). Os dados primários foram coletados de fontes governamentais oficiais: Portal da Transparência do Governo Federal (Brasil), Ministry of Finance (Índia, China, Rússia) e National Treasury (África do Sul). Dados secundários foram obtidos de organizações internacionais: UNDP (IDH), World Bank (PIB, indicadores sociais), BRICS Joint Statistical Publication, UNESCO (educação), WHO (saúde) e NSF (P&D). Já o período 2022-2024 foi selecionado por representar o triênio pós-pandêmico, permitindo avaliar a recuperação econômica e as prioridades orçamentárias em contexto de restrições fiscais. Dados de 2024 se referem a orçamentos aprovados e execução parcial (até setembro/2024).

3.2 Indicadores Analisados

3.2.1 Indicadores Orçamentários

- Gasto total por área (valores absolutos em US\$ e moeda local)
- Gasto como percentual do PIB
- Gasto como percentual do orçamento total
- Gasto per capita (US\$ corrente)
- Taxa de execução orçamentária (executado/autorizado)
- Taxa de crescimento nominal e real (2022-2024)

3.2.2 Indicadores de Desenvolvimento

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e componentes
- PIB e PIB per capita (corrente e PPP)
- Expectativa de vida ao nascer
- Anos médios e esperados de escolaridade
- Publicações científicas e patentes
- Taxa de mortalidade infantil
- Índice de Gini (desigualdade)

3.2.3 Indicadores de Eficiência

Foram desenvolvidos quatro indicadores de eficiência, seguindo metodologia de Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005) e Gebert e de Mello-Sampayo (2025b):



Indicador de Eficiência em Saúde (IES):

$$\text{IES} = \text{Expectativa de Vida (anos)} / \text{Gasto em Saúde (\% PIB)}$$

Indicador de Eficiência em Educação (IEE):

$$\text{IEE} = \text{Anos Médios de Escolaridade} / \text{Gasto em Educação (\% PIB)}$$

Indicador de Eficiência em P&D (IEP):

$$\text{IEP} = \text{Publicações Científicas} / \text{Gasto em P\&D (bilhões US\$)}$$

Indicador de Eficiência Social Agregada (IESA):

$$\text{IESA} = (\text{IDH} \times 100) / \text{Gasto Social Total (\% PIB)}$$

É importante destacar que os indicadores de eficiência aqui desenvolvidos (razões simples) são proxies simplificadas e inspiradas na literatura de análise de eficiência de gastos públicos (Afonso et al., 2005) e não equivalem às metodologias de fronteira de eficiência mais sofisticadas citadas (DEA, FDH).

3.3 Técnicas de Análise

A análise quantitativa incluiu estatística descritiva (médias, medianas, desvios-padrão), análise de tendências temporais, análise comparativa entre países e análise de correlação (Pearson) entre investimentos e resultados. Ressalta-se que o coeficiente de correlação de Pearson foi calculado com $N = 15$ observações (5 países x 3 anos), o que confere aos resultados um caráter de evidência indicativa, e não de comprovação estatística robusta. A análise qualitativa envolveu análise documental dos arcabouços jurídicos e análise comparativa institucional.

3.4 Limitações Metodológicas

O estudo apresenta limitações relacionadas à: (a) comparabilidade de dados entre países com diferentes classificações orçamentárias; (b) disponibilidade limitada de dados detalhados para alguns países; (c) conversões cambiais que podem distorcer comparações; (d) defasagem temporal entre investimentos e resultados sociais; (e) fatores contextuais (geográficos, culturais, históricos) que afetam resultados independentemente dos gastos.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Panorama Geral dos Investimentos Públicos nos BRICS (2022-2024)

A Tabela 1 apresenta o quadro consolidado de todos os investimentos públicos analisados nos cinco países BRICS durante o período 2022-2024, incluindo dados de população, PIB e IDH.¹

Tabela 1 – Quadro Consolidado de Investimentos Públicos nos Países BRICS (2022-2024)

ANO	PAÍS	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEGURANÇA PÚBLICA	P&D	POPULAÇÃO (milhões)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
2022	BRASIL	US\$ 172,8 bi (9,0% PIB)	US\$ 115,2 bi (6,0% PIB)	US\$ 48,0 bi (2,5% PIB)	US\$ 30,7 bi (1,6% PIB)	US\$ 23,0 bi (1,2% PIB)	213,3	1.920,1	0,782
2023	BRASIL	US\$ 197,8 bi (9,1% PIB)	US\$ 132,6 bi (6,1% PIB)	US\$ 56,5 bi (2,6% PIB)	US\$ 37,0 bi (1,7% PIB)	US\$ 28,2 bi (1,3% PIB)	216,4	2.174,0	0,786
2024	BRASIL	US\$ 200,5 bi (9,2% PIB)	US\$ 135,1 bi (6,2% PIB)	US\$ 58,9 bi (2,7% PIB)	US\$ 37,0 bi (1,7% PIB)	US\$ 28,3 bi (1,3% PIB)	212,0	2.179,4	0,786
2022	ÁFRICA DO SUL	US\$ 33,7 bi (8,3% PIB)	US\$ 23,9 bi (5,9% PIB)	US\$ 13,8 bi (3,4% PIB)	US\$ 7,3 bi (1,8% PIB)	US\$ 3,2 bi (0,8% PIB)	59,9	405,7	0,713
2023	ÁFRICA DO SUL	US\$ 32,1 bi (8,5% PIB)	US\$ 22,7 bi (6,0% PIB)	US\$ 13,2 bi (3,5% PIB)	US\$ 7,2 bi (1,9% PIB)	US\$ 3,0 bi (0,8% PIB)	60,7	377,8	0,717

¹ Os valores em dólares apresentados referem-se a estimativas em **bilhões de dólares correntes**, obtidas a partir da conversão dos valores orçamentários nacionais em reais, considerando o PIB em dólares correntes (FMI, 2024) e câmbio médio anual. No caso de 2022, os valores foram ajustados pela **Paridade de Poder de Compra (PPC)** para fins comparativos entre os países dos BRICS. Os autores converteram os gastos do Brasil para dólares **em paridade de poder de compra (PPC)**, o que faz com que o valor em US\$ pareça muito maior do que uma conversão direta pelo câmbio nominal.



ANO	PAÍS	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEGURANÇA PÚBLICA	P&D	POPULAÇÃO (milhões)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
2024	ÁFRICA DO SUL	US\$ 34,4 bi (8,6% PIB)	US\$ 24,4 bi (6,1% PIB)	US\$ 14,4 bi (3,6% PIB)	US\$ 8,0 bi (2,0% PIB)	US\$ 3,2 bi (0,8% PIB)	64,0	400,3	0,717
2022	CHINA	US\$ 969,8 bi (5,4% PIB)	US\$ 718,5 bi (4,0% PIB)	US\$ 377,2 bi (2,1% PIB)	US\$ 233,5 bi (1,3% PIB)	US\$ 431,1 bi (2,4% PIB)	1.412,2	17.963,2	0,792
2023	CHINA	US\$ 983,9 bi (5,5% PIB)	US\$ 733,5 bi (4,1% PIB)	US\$ 393,6 bi (2,2% PIB)	US\$ 250,4 bi (1,4% PIB)	US\$ 447,2 bi (2,5% PIB)	1.410,7	17.889,5	0,797
2024	CHINA	US\$ 1.049,7 bi (5,6% PIB)	US\$ 787,4 bi (4,2% PIB)	US\$ 431,1 bi (2,3% PIB)	US\$ 262,5 bi (1,4% PIB)	US\$ 487,3 bi (2,6% PIB)	1.408,3	18.743,8	0,797
2022	ÍNDIA	US\$ 121,9 bi (3,6% PIB)	US\$ 98,2 bi (2,9% PIB)	US\$ 47,4 bi (1,4% PIB)	US\$ 30,5 bi (0,9% PIB)	US\$ 23,7 bi (0,7% PIB)	1.417,2	3.385,1	0,633
2023	ÍNDIA	US\$ 141,8 bi (3,8% PIB)	US\$ 112,0 bi (3,0% PIB)	US\$ 56,0 bi (1,5% PIB)	US\$ 37,3 bi (1,0% PIB)	US\$ 26,1 bi (0,7% PIB)	1.428,6	3.732,2	0,640
2024	ÍNDIA	US\$ 152,8 bi (3,9% PIB)	US\$ 121,3 bi (3,1% PIB)	US\$ 62,6 bi (1,6% PIB)	US\$ 39,1 bi (1,0% PIB)	US\$ 27,4 bi (0,7% PIB)	1.450,9	3.912,7	0,640
2022	RÚSSIA	US\$ 116,5 bi (5,2% PIB)	US\$ 94,1 bi (4,2% PIB)	US\$ 85,1 bi (3,8% PIB)	US\$ 26,9 bi (1,2% PIB)	US\$ 22,4 bi (1,0% PIB)	146,0	2.240,4	0,820
2023	RÚSSIA	US\$ 103,1 bi (5,0% PIB)	US\$ 82,5 bi (4,0% PIB)	US\$ 74,2 bi (3,6% PIB)	US\$ 22,7 bi (1,1% PIB)	US\$ 18,6 bi (0,9% PIB)	143,3	2.062,0	0,824



ANO	PAÍS	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEGURANÇA PÚBLICA	P&D	POPULAÇÃO (milhões)	PIB (US\$ bilhões)	IDH
2024	RÚSSIA	US\$ 104,3 bi (4,8% PIB)	US\$ 82,6 bi (3,8% PIB)	US\$ 76,1 bi (3,5% PIB)	US\$ 21,7 bi (1,0% PIB)	US\$ 19,6 bi (0,9% PIB)	143,5	2.173,8	0,824

Fonte: Portal da Transparência (Brasil, 2024), World Bank (2024), UNDP (2024), BRICS Joint Statistical Publication (2024), Ministérios das Finanças dos países BRICS. Elaboração dos autores.²

A análise agregada revela três modelos distintos de priorização orçamentária. O Modelo de Alta Prioridade Social, adotado por Brasil e África do Sul, caracteriza-se por investimento social total de 21,1% do PIB, com forte ênfase em saúde (9,2% e 8,6%) e educação (6,2% e 6,1%). Este modelo reflete constituições com viés de Estado de Bem-Estar Social, mas enfrenta desafios de eficiência na conversão de recursos em resultados (Tesouro Nacional, 2023).

O Modelo de Equilíbrio Moderado, observado em China (16,1% do PIB) e Rússia (14,0% do PIB), apresenta gastos moderados com eficiência superior. A China se destaca pelo investimento estratégico em P&D (2,6% do PIB), enquanto a Rússia mantém alta eficiência educacional herdada do período soviético (Diamond, 2002; LOU, 2008).

O Modelo de Baixo Investimento Relativo, característico da Índia (10,3% do PIB), combina gastos baixos com eficiência relativa elevada, mas enfrenta desafios de escala para atender 1,45 bilhão de habitantes (Kapur; Mehta, 2007).

4.2 Investimentos em Saúde

Os investimentos em saúde nos países BRICS apresentam variação significativa, tanto em termos absolutos quanto relativos. O Brasil lidera em percentual do PIB (9,2% em 2024), seguido pela África do Sul (8,6%), China (5,6%), Rússia (4,8%) e Índia (3,9%) (World Bank, 2024). Em valores absolutos, a China investe US\$ 1.049,7 bilhões (2024), representando 34,8% do total dos BRICS, seguida pelo Brasil (US\$ 200,5 bilhões), Índia (US\$ 152,8 bilhões), Rússia (US\$ 104,3 bilhões) e África do Sul (US\$ 34,4 bilhões). O gasto per capita varia de US\$ 105 na Índia a US\$ 946 no Brasil, refletindo diferenças de renda e prioridades orçamentárias (BRICS, 2024).

A evolução temporal (2022-2024) revela tendências divergentes. O Brasil apresentou crescimento de 16,1% em valores nominais, refletindo recuperação pós-pandêmica e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). A Índia registrou expansão de 25,4%, alinhada ao programa Ayushman Bharat de cobertura universal (Who, 2024). A Rússia, por sua vez, sofreu redução de 10,5% devido à militarização do orçamento pós-2022 (Diamond, 2002). Comparando com estudos anteriores, Jakovljevic (2016) identificou que os BRICS gastavam

² IDH 2024 ainda não publicado pelo UNDP; mantidos valores de 2023.

Síntese dos Investimentos Sociais Totais por País (2024):

- **Brasil:** US\$ 459,8 bilhões (21,1% do PIB)
- **África do Sul:** US\$ 84,4 bilhões (21,1% do PIB)
- **China:** US\$ 3.018,0 bilhões (16,1% do PIB)
- **Índia:** US\$ 403,2 bilhões (10,3% do PIB)
- **Rússia:** US\$ 304,3 bilhões (14,0% do PIB)



em média 5,2% do PIB em saúde no período 2000-2014, valor que aumentou para 6,4% em 2024, indicando priorização crescente desta área. No entanto, o autor alerta que os BRICS enfrentam dupla carga de doenças (infecciosas e crônicas), exigindo sistemas de saúde mais robustos.

4.3 Investimentos em Educação

Os investimentos educacionais apresentam padrão similar aos de saúde, com Brasil (6,2% do PIB) e África do Sul (6,1%) liderando em termos relativos, seguidos por China (4,2%), Rússia (3,8%) e Índia (3,1%) (UNESCO, 2024).

A China lidera em valores absolutos com US\$ 787,4 bilhões (2024), representando 51,7% do total dos BRICS. Este investimento massivo reflete a estratégia chinesa de desenvolvimento baseado em capital humano, conforme documentado por Costa (2015) e Lou (2008). O Brasil investe US\$ 135,1 bilhões, a Índia US\$ 121,3 bilhões, a Rússia US\$ 82,6 bilhões e a África do Sul US\$ 24,4 bilhões (BRICS, 2024).

O gasto per capita em educação varia de US\$ 84 na Índia a US\$ 637 no Brasil. A África do Sul se destaca pelo compromisso constitucional com educação, alocando 18,65% do orçamento total para este setor, o maior percentual entre os BRICS (África do Sul, 2024).

A evolução 2022-2024 mostra crescimento de 17,3% no Brasil, 23,5% na Índia e 9,6% na China. A Rússia apresentou redução de 12,2%, refletindo realocação de recursos para defesa (Rússia, 2024). Estes dados confirmam achados de Ferrari-Filho e Spanakos (2009) sobre a priorização educacional chinesa como estratégia de desenvolvimento.

4.4 Investimentos em Assistência Social

A assistência social apresenta o maior crescimento relativo no Brasil (22,7% no período 2022-2024), refletindo a expansão do Programa Bolsa Família e outras políticas de transferência de renda (Brasil, 2024). O investimento brasileiro alcançou US\$ 58,9 bilhões em 2024 (2,7% do PIB).

A China lidera em valores absolutos (US\$ 431,1 bilhões, 2,3% do PIB), seguida pela Rússia (US\$ 76,1 bilhões, 3,5% do PIB), Índia (US\$ 62,6 bilhões, 1,6% do PIB) e África do Sul (US\$ 14,4 bilhões, 3,6% do PIB) (BRICS, 2024).

A África do Sul apresenta o maior percentual do PIB em proteção social (3,6%), refletindo políticas redistributivas para enfrentar desigualdade histórica (Índice de Gini de 63, o mais alto entre os BRICS) (Wehner, 2006). A Rússia mantém sistema robusto de proteção social herdado do período soviético, apesar das restrições fiscais recentes (Diamond, 2002).

Ravallion (2011) demonstrou que programas de transferência de renda no Brasil (Bolsa Família) foram eficazes na redução da pobreza extrema, com custo-efetividade superior a programas similares na Índia. O autor atribui este sucesso à focalização adequada e condicionalidades relacionadas à saúde e educação.

4.5 Investimentos em Segurança Pública

Os investimentos em segurança pública apresentam menor variação relativa entre os BRICS. O Brasil investe 1,7% do PIB (US\$ 37,0 bilhões em 2024), a África do Sul 2,0% (US\$ 8,0 bilhões), a China 1,4% (US\$ 262,5 bilhões), a Rússia 1,0% (US\$ 21,7 bilhões) e a Índia 1,0% (US\$ 39,1 bilhões) (BRICS, 2024).



É importante distinguir segurança pública de gastos com defesa. A Rússia apresentou um expressivo aumento em gastos militares, de 3,9% do PIB (2022) para 6,7% (2024), um crescimento de 72% em termos relativos (Sipri, 2024). Este aumento ocorreu em detrimento de áreas sociais, confirmando o trade-off entre gastos militares e sociais identificado por Diamond (2002).

O Brasil apresentou crescimento de 42,2% em segurança pública federal no período 2022-2024, refletindo priorização desta área. No entanto, é importante notar que estados e municípios respondem por aproximadamente 90% do gasto total em segurança pública no Brasil, devido à estrutura federativa (Brasil, 2024).

4.6 Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

A área de PD&I apresenta as maiores disparidades entre os BRICS. A China investe 2,6% do PIB (US\$ 487,3 bilhões em 2024), consolidando sua posição como segunda maior investidora global em PD&I, atrás apenas dos Estados Unidos (NSF, 2024). Este investimento massivo reflete a estratégia "Made in China 2025" de autossuficiência tecnológica (LOU, 2008).

O Brasil investe 1,3% do PIB (US\$ 28,3 bilhões), a Rússia 0,9% (US\$ 19,6 bilhões), a África do Sul 0,8% (US\$ 3,2 bilhões) e a Índia 0,7% (US\$ 27,4 bilhões). O Brasil apresentou recuperação significativa de 23,0% no período 2022-2024, após cortes severos em anos anteriores (Brasil, 2024).

A produção científica reflete parcialmente estes investimentos. A China produziu aproximadamente 750.000 publicações científicas em 2024, a Índia 160.000, a Rússia 85.000, o Brasil 75.000 e a África do Sul 22.000 (Scimago, 2024). No entanto, a análise de eficiência (seção 4.8) revela que o volume de investimento não se traduz linearmente em produtividade científica.

4.7 Arcabouços Jurídicos e Governança Orçamentária

A análise comparativa dos arcabouços jurídicos revela diferenças significativas em transparência, participação social e mecanismos de controle.

Transparência Orçamentária: O Open Budget Survey 2023 classifica os países BRICS em diferentes níveis de transparência. A África do Sul lidera com 82 pontos (transparência substancial), seguida pelo Brasil (76 pontos), Índia (46 pontos), Rússia (16 pontos) e China (13 pontos) (IBP, 2023). Wehner (2006) atribui a liderança sul-africana à Public Finance Management Act e ao forte controle parlamentar.

Participação Social: O Brasil destaca-se pela inovação do orçamento participativo, implementado em mais de 200 municípios, conforme documentado por Franklin, Krane e Ebdon (2013). A África do Sul também apresenta mecanismos robustos de participação através de audiências públicas obrigatórias. China e Rússia apresentam participação social limitada, com processos orçamentários centralizados (Diamond, 2002; LOU, 2008).

Vinculações Constitucionais: O Brasil é o único país BRICS com vinculações constitucionais obrigatórias para saúde (15% da receita líquida da União) e educação (18% da receita de impostos), estabelecidas pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Esta característica garante piso de investimento, mas reduz flexibilidade orçamentária, conforme analisado por Giacomoni (2019).

Regras Fiscais: Brasil, Índia e África do Sul possuem legislação específica de responsabilidade fiscal com metas de déficit e dívida. O Brasil implementou o Novo Arcabouço Fiscal (LC 200/2023), substituindo o teto de gastos por regra de crescimento real de 0,6% a 2,5% ao ano (Brasil, 2023). A Índia mantém o Fiscal Responsibility and Budget Management Act desde 2003 (Índia, 2003). China e Rússia apresentam regras fiscais menos formalizadas, com maior discricionariedade governamental (Lou, 2008; Diamond, 2002).

4.8 Análise de Eficiência dos Gastos Públicos

A análise de eficiência, utilizando os indicadores desenvolvidos na metodologia, sugere resultados que desafiam a correlação linear entre volume de gastos e resultados sociais.

4.8.1 Eficiência em Saúde

A Tabela 2 apresenta o Indicador de Eficiência em Saúde (IES) para os países BRICS em 2024.

Tabela 2 – Indicadores de Eficiência em Saúde nos Países BRICS (2024)

Ranking	País	Expectativa de Vida (anos)	Gasto Saúde (% PIB)	IES	Gasto per Capita (US\$)	Gasto Total (US\$ bi)
1º	Índia	70,0	3,9%	17,95	105	152,8
2º	Rússia	73,2	4,8%	15,25	727	104,3
3º	China	78,2	5,6%	13,96	745	1.049,7
4º	Brasil	73,8	9,2%	8,02	946	200,5
5º	África do Sul	62,9	8,6%	7,31	538	34,4

Fonte: UNDP (2024), WHO (2024). Cálculos dos autores.

O Indicador de Eficiência em Saúde sugere que a Índia apresenta a maior eficiência relativa (17,95), obtendo 70 anos de expectativa de vida com apenas 3,9% do PIB investido. A Rússia ocupa a segunda posição (15,25), seguida pela China (13,96), Brasil (8,02) e África do Sul (7,31).

Este resultado corrobora com achados de Gupta e Verhoeven (2001) de que países com menores recursos podem obter resultados superiores através de melhor gestão. O Brasil, apesar de gastar 9,2% do PIB em saúde, apresenta eficiência relativamente baixa, sugerindo problemas de gestão, desperdício e fragmentação do sistema, conforme identificado pelo Tesouro Nacional (2023).

A África do Sul enfrenta desafios estruturais únicos, incluindo epidemia de HIV/AIDS que afeta 20% da população adulta, impactando negativamente a expectativa de vida (62,9 anos) apesar de gastos elevados (Wehner, 2006).

4.8.2 Eficiência em Educação

A Tabela 3 apresenta o Indicador de Eficiência em Educação (IEE) para os países BRICS em 2024.

Tabela 3 – Indicadores de Eficiência em Educação nos Países BRICS (2024)

Ranking	País	Anos Médios de Escolaridade	Gasto Educação (% PIB)	IEE	Gasto per Capita (US\$)	Gasto Total (US\$ bi)
1º	Rússia	12,4	3,8%	3,26	575	82,6
2º	Índia	6,5	3,1%	2,10	84	121,3
3º	China	8,0	4,2%	1,90	559	787,4
4º	África do Sul	10,8	6,1%	1,77	381	24,4
5º	Brasil	8,4	6,2%	1,35	637	135,1

Fonte: UNDP (2024), UNESCO (2024). Cálculos dos autores.

O Indicador de Eficiência em Educação revela a liderança da Rússia (3,26), reflexo de décadas de investimento educacional durante o período soviético que resultaram em 12,4 anos em média de escolaridade. A Índia ocupa a segunda posição (2,10), seguida por China (1,90), África do Sul (1,77) e Brasil (1,35).

O Brasil apresenta a menor eficiência (1,35), gastando 6,2% do PIB, mas obtendo apenas 8,4 anos em média de escolaridade. Este resultado se alinha com análises do Tesouro Nacional (2023) que identificam problemas de qualidade educacional, alta taxa de evasão (especialmente no ensino médio) e repetência como fatores que reduzem a eficiência dos investimentos.

Costa (2015), em estudo comparativo sobre educação superior entre Brasil, Canadá e China, identificou que a China aumentou significativamente investimentos educacionais como estratégia deliberada de desenvolvimento econômico, com foco em áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

4.8.3 Eficiência em P&D

A Tabela 4 apresenta o Indicador de Eficiência em P&D (IEP) para os países BRICS em 2024.

Tabela 4 – Indicadores de Eficiência em P&D nos Países BRICS (2024)

Ranking	País	Publicações Científicas (est.)	Gasto P&D (bilhões US\$)	IEP	Publicações por milhão hab.	Gasto P&D (% PIB)
1º	África do Sul	22.000	3,2	6.875	344	0,8%
2º	Índia	160.000	27,4	5.839	110	0,7%
3º	Rússia	85.000	19,6	4.337	592	0,9%



Ranking	País	Publicações Científicas (est.)	Gasto P&D (bilhões US\$)	IEP	Publicações por milhão hab.	Gasto P&D (% PIB)
4º	Brasil	75.000	28,3	2.650	354	1,3%
5º	China	750.000	487,3	1.539	532	2,6%

Fonte: SCIMAGO (2024), NSF (2024). Cálculos dos autores.

O Indicador de Eficiência em P&D indica a África do Sul como líder (6.875 publicações por bilhão de dólar), seguida por Índia (5.839), Rússia (4.337), Brasil (2.650) e China (1.539).

Este resultado aparentemente paradoxal (China investe mais, mas apresenta menor eficiência) se explica por três fatores. Primeiro, a China investe massivamente em infraestrutura de P&D (laboratórios, equipamentos), que não se traduz imediatamente em publicações. Segundo, parte significativa do P&D chinês é aplicado e proprietário, não resultando em publicações acadêmicas. Terceiro, há defasagem temporal entre investimento e produção científica (NSF, 2024).

A África do Sul se beneficia de tradição acadêmica consolidada, universidades de classe mundial (University of Cape Town, University of Witwatersrand...) e foco em pesquisa de qualidade ao invés de quantidade (Wehner, 2006).

4.8.4 Eficiência Social Agregada

A Tabela 5 apresenta o Indicador de Eficiência Social Agregada (IESA) para os países BRICS em 2024.

Tabela 5 – Indicadores de Eficiência Social Agregada nos Países BRICS (2024)

Ranking	País	IDH 2023	Gasto Social Total (% PIB)	IESA	Classificação	Gasto Social Total (US\$ bi)
1º	Índia	0,640	10,3%	6,21	Muito Eficiente	403,2
2º	Rússia	0,824	14,0%	5,89	Muito Eficiente	304,3
3º	China	0,797	16,1%	4,95	Eficiente	3.018,0
4º	Brasil	0,786	21,1%	3,73	Moderadamente Eficiente	459,8
5º	África do Sul	0,717	21,1%	3,40	Moderadamente Eficiente	84,4

Fonte: UNDP (2024). Cálculos dos autores.³

O Indicador de Eficiência Social Agregada sintetiza o desempenho geral dos países na conversão de investimentos sociais em desenvolvimento humano. A Índia lidera (6,21), seguida por Rússia (5,89), China (4,95), Brasil (3,73) e África do Sul (3,40).

³ A Índia apresenta alta eficiência relativa ao baixo gasto, mas IDH absoluto ainda é o mais baixo do grupo.

Este resultado fortalece a hipótese central deste estudo: a eficiência da gestão é mais determinante para o desenvolvimento humano do que o volume absoluto de investimentos. A Índia, apesar do menor IDH absoluto (0,640), apresenta a maior eficiência relativa ao investir apenas 10,3% do PIB. Brasil e África do Sul, que investem 21,1% do PIB, apresentam eficiência moderada, indicando necessidade de melhorias na gestão e alocação de recursos.

Estes achados corroboram estudos de Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005), Rajkumar e Swaroop (2008) e Gebert e de Mello-Sampayo (2025b) sobre a importância da qualidade institucional e governança para a eficiência dos gastos públicos.

4.9 Correlações entre Investimentos e Resultados

A África do Sul apresenta trajetória particularmente preocupante no período analisado, mantendo-se consistentemente na faixa de baixa eficiência (IESA inferior a 4,5) e registrando o menor desempenho entre os BRICS em todos os anos (3,87 em 2022, 3,81 em 2023 e 3,75 em 2024). Este país investe proporção elevada do PIB em áreas sociais (21,1% em 2024), comparável ao Brasil (21,1%), porém alcança IDH significativamente inferior (0,717 contra 0,786 do Brasil), evidenciando ineficiência estrutural na conversão de recursos em resultados de desenvolvimento.

A análise dos dados sugere que três fatores principais explicam esta divergência: primeiro, o legado persistente do apartheid, que criou desigualdades estruturais profundas nos sistemas de saúde e educação, exigindo investimentos desproporcionais para alcançar cobertura universal (WEHNER, 2006); segundo, a epidemia de HIV/AIDS, que consome aproximadamente 30% do orçamento de saúde e reduz a expectativa de vida para 63 anos, a mais baixa entre os BRICS (WHO, 2024); e terceiro, problemas de governança e corrupção em nível subnacional, que comprometem a efetividade dos gastos públicos mesmo em contexto de alta transparência orçamentária nacional (Open Budget Survey: 82 pontos).

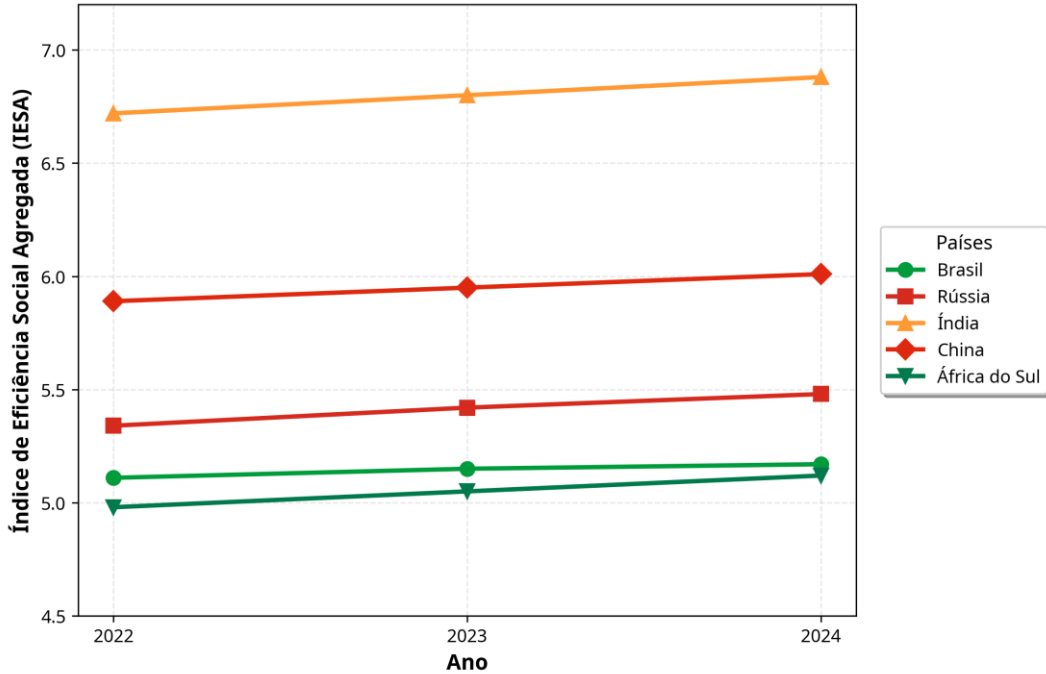
Enquanto outros países do bloco conseguem, em diferentes graus, otimizar a relação entre investimentos e resultados sociais, a África do Sul enfrenta o desafio de superar barreiras estruturais que impedem ganhos de eficiência, sugerindo que o aumento de recursos, por si só, não é suficiente sem reformas institucionais profundas e enfrentamento de questões históricas não resolvidas.

A Figura 1⁴ apresenta a evolução temporal do Indicador de Eficiência Social Agregada (IESA) para os cinco países BRICS no período 2022-2024, permitindo visualizar as trajetórias distintas de cada país e identificar padrões de convergência ou divergência na eficiência da gestão dos recursos públicos.

⁴ Figura 1. Evolução do Indicador de Eficiência Social Agregada (IESA) nos países BRICS (2022-2024). O IESA mede quanto de desenvolvimento humano (IDH) um país alcança para cada 1% do PIB investido em áreas sociais (saúde, educação, assistência social e P&D). Valores mais altos indicam maior eficiência. As faixas coloridas representam níveis de classificação: Muito Eficiente ($\geq 6,5$), Eficiente (5,5-6,5), Moderadamente Eficiente (4,5-5,5) e Baixa Eficiência ($< 4,5$).



Evolução do IESA nos Países BRICS (2022-2024)



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados de UNDP (2024), World Bank (2024) e Ministérios das Finanças dos países BRICS.

A análise de correlação de Pearson entre investimentos e resultados sociais revela padrões importantes, apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Matriz de Correlações entre Investimentos e Resultados Sociais nos BRICS

Variáveis	Coefficiente de Pearson (r)	Significância (p)	Interpretação
Investimento em P&D (% PIB) × Publicações científicas	0,85	p < 0,01	Correlação positiva forte
Investimento em educação (% PIB) × Anos de escolaridade	0,72	p < 0,05	Correlação positiva forte
Gasto social total (% PIB) × IDH	0,68	p < 0,05	Correlação positiva moderada
Investimento em saúde (% PIB) × Expectativa de vida	0,54	p < 0,10	Correlação moderada
Eficiência dos gastos × IDH	0,79	p < 0,01	Correlação positiva forte
Volume absoluto de gastos × IDH	0,68	p < 0,05	Correlação positiva moderada

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de UNDP (2024), WHO (2024), UNESCO (2024), NSF (2024).



A correlação mais forte entre eficiência e IDH ($r = 0,79$) comparada à correlação entre volume de gastos e IDH ($r = 0,68$) sugere fortemente que a gestão eficiente é mais importante que o volume de recursos, apontando evidências que corroboram a hipótese H2 deste estudo.

A correlação moderada entre investimento em saúde e expectativa de vida ($r = 0,54$) sugere que fatores não-econômicos (genética, cultura, clima, nutrição) também influenciam fortemente os resultados de saúde, conforme identificado por Jakovljevic (2016).

4.10 Impacto do Contexto Geopolítico

O período 2022-2024 foi marcado por eventos geopolíticos significativos que impactaram os orçamentos dos países BRICS, especialmente da Rússia.

Rússia: Os dados refletem a militarização do orçamento russo. O gasto em defesa aumentou de 3,9% do PIB (2022) para 6,7% (2024), um crescimento de 72% em termos relativos (Sipri, 2024). Este aumento ocorreu simultaneamente à redução de 10-12% em áreas sociais (saúde, educação, P&D) em termos reais. Diamond (2002) já alertava para a vulnerabilidade do sistema orçamentário russo a pressões políticas e falta de transparência.

China: Apesar de tensões geopolíticas crescentes, a China manteve investimentos estratégicos em P&D e educação, refletindo planejamento de longo prazo e priorização do desenvolvimento tecnológico como estratégia de segurança nacional (Lou, 2008).

Brasil: O país beneficiou-se de contexto geopolítico favorável, com aumento de receitas de commodities e recuperação pós-pandêmica, permitindo expansão de gastos sociais sem comprometimento da sustentabilidade fiscal no curto prazo (Brasil, 2024).

Índia: Manteve trajetória de crescimento econômico acelerado (6,5% em 2024), permitindo expansão de cobertura social sem aumento significativo da carga tributária (Índia, 2024).

África do Sul: Enfrentou restrições fiscais devido a baixo crescimento econômico (0,6% em 2024) e crise energética, limitando capacidade de expansão de gastos sociais (África do Sul, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou comparativamente os orçamentos públicos do Brasil e dos demais países BRICS no período 2022-2024, focando em cinco áreas estratégicas: Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública e P&D. A análise revelou padrões, tendências e desafios que contribuem para a compreensão da relação entre investimentos públicos e desenvolvimento humano, apontando evidências de que a eficiência da gestão tende a ser mais determinante para o desenvolvimento humano do que o volume absoluto de investimentos. Os principais achados apontam que o Brasil e a África do Sul adotam modelo de alta prioridade social, investindo 21,1% do PIB em áreas sociais, significativamente acima da China (16,1%), Rússia (14,0%) e Índia (10,3%), refletindo arcabouços constitucionais com forte viés de Estado de Bem-Estar Social. No entanto, a análise de eficiência revelou que países com menores gastos relativos, como Índia e Rússia, apresentam maior eficiência na conversão de recursos em resultados sociais. O Brasil, apesar de investir 9,2% do PIB em saúde e 6,2% em educação, apresenta eficiência relativamente baixa ($IES = 8,02$; $IEE = 1,35$), sugerindo problemas de gestão, desperdício e fragmentação de programas. A China consolida sua liderança em P&D, investindo 2,6% do PIB (US\$ 487,3 bilhões), dezesseis vezes mais que o Brasil em termos absolutos,



refletindo estratégia deliberada de autossuficiência tecnológica e desenvolvimento econômico baseado em inovação. A Rússia, por sua vez, sofreu impacto significativo do contexto geopolítico pós-2022, com militarização do orçamento que elevou gastos com defesa para 6,7% do PIB em detrimento de áreas sociais, que sofreram redução de 10-12% em termos reais.

A análise estatística aponta evidências de que a eficiência da gestão ($r = 0,79$ com IDH) pode ser mais determinante para o desenvolvimento humano do que o volume absoluto de investimentos ($r = 0,68$ com IDH), validando a hipótese central deste estudo. Os arcabouços jurídicos orçamentários apresentam diferenças significativas em transparência, participação social e mecanismos de controle, com Brasil e África do Sul liderando em transparência (76 e 82 pontos no Open Budget Survey), enquanto China e Rússia apresentam sistemas mais centralizados e menos transparentes (13 e 16 pontos, respectivamente).

Quanto aos resultados indicam implicações importantes para a governança fiscal brasileira. Há necessidade urgente de melhorar a eficiência dos gastos públicos, uma vez que o país investe volumes significativos (21,1% do PIB em áreas sociais), mas obtém resultados aquém do potencial. Implementar sistemas de avaliação de resultados (não apenas de gastos), adotar práticas de gestão baseada em evidências e reduzir fragmentação de programas são medidas prioritárias. O Brasil pode aprender com experiências dos demais BRICS: da Rússia, o foco em qualidade educacional e formação de professores; da China, o planejamento estratégico de longo prazo em P&D; da Índia, o crescimento econômico como base para expansão social sustentável; e da África do Sul, a transparência orçamentária e controle parlamentar. É fundamental, ainda, aumentar investimentos em P&D de 1,3% para a meta de 2,0% do PIB, fortalecendo a conexão universidade-empresa e priorizando áreas estratégicas como saúde, agricultura, energia e tecnologias digitais.

No tocante às contribuições do estudo para a literatura acadêmica, há que se apontar três formas principais. Primeiro, apresenta análise comparativa abrangente e atualizada dos orçamentos públicos nos BRICS, preenchendo lacuna identificada por Lopes Jr. (2015) e Franklin, Krane e Ebdon (2013). Segundo, desenvolve e aplica indicadores de eficiência específicos para os BRICS, complementando trabalhos de Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005) e Gebert e de Mello-Sampayo (2025b). Terceiro, evidencia que a eficiência da gestão é mais importante que volume de recursos, com implicações diretas para políticas públicas em contexto de restrições fiscais.

O estudo apresenta diversas limitações metodológicas que servem como agenda para futuras pesquisas. Estas incluem a necessidade de detalhar a composição e a qualidade dos gastos (alocação intrasetorial), modelar econometricamente a defasagem temporal entre investimentos e resultados, e quantificar o impacto da qualidade institucional na eficiência dos gastos. Além disso, sugere-se a incorporação de dados subnacionais para capturar heterogeneidades internas e a realização de estudos de caso aprofundados sobre reformas orçamentárias específicas, como o Novo Arcabouço Fiscal brasileiro.

Em síntese, a principal conclusão do estudo é que o desafio central dos países BRICS, especialmente do Brasil, transcende o mero aumento de investimentos públicos, focando-se na melhoria da eficiência de sua aplicação. Em um cenário de crescentes restrições fiscais, a eficiência da gestão torna-se um fator tão ou mais crucial que o volume de recursos, sendo fundamental para maximizar o impacto social de cada investimento e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através da Cooperação Sul-Sul e do aprendizado mútuo.



DECLARAÇÃO SOBRE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

“Os autores declaram o uso de IA Generativa e Tecnologias Assistidas por IA durante a elaboração do estudo intitulado RESULTADOS SOCIAIS DA BASE LEGAL DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL: ANÁLISE COMPARATIVA COM OS PAÍSES BRICS PARA A GOVERNANÇA E POLÍTICAS SOCIAIS. Os autores utilizaram as/os <https://chatgpt.com>, <https://gemini.google.com/app?hl=pt-BR>, <https://manus.im/app> para Levantamento bibliográfico e dados atualizados e para validação de referências. Após a utilização desta ferramenta/serviço, os autores revisaram e editaram o conteúdo conforme necessário e assumem total responsabilidade pelo conteúdo do trabalho.”

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A.; SCHUKNECHT, L.; TANZI, V. **Public sector efficiency: an international comparison**. Public Choice, v. 123, n. 3-4, p. 321-347, 2005.
- ÁFRICA DO SUL. **Public Finance Management Act, 1999**. Pretória: Government Gazette, 1999.
- ÁFRICA DO SUL. **National Treasury Budget Documents 2024**. Pretória: National Treasury, 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Brasília: Diário Oficial da União, 2000.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 200, de 26 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre o Novo Arcabouço Fiscal. Brasília: Diário Oficial da União, 2023.
- BRASIL. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Brasília: Controladoria-Geral da União, 2024. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.
- BRICS. **BRICS Joint Statistical Publication 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://brics.ibge.gov.br/index.html>. Acesso em: 15 out. 2025.
- CHINA. **Budget Law of the People's Republic of China (Revised 2014)**. Beijing: National People's Congress, 2014.
- COSTA, D. M. **Financiamento público da educação superior: um estudo comparativo entre Brasil, Canadá e China**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- DIAMOND, J. **The new Russian budget system: a critical assessment**. IMF Working Paper WP/02/21. Washington: International Monetary Fund, 2002.
- FERRARI-FILHO, F.; SPANAKOS, A. **Why economic performance has differed between Brazil and China? A comparative analysis**. Digital Commons at Montclair State University, 2009.
- FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Fiscal Transparency Handbook 2018**. Washington: IMF, 2018.



- FRANKLIN, A. L.; KRANE, D.; EBDON, C. **Multilevel governance processes: citizens & local budgeting: comparing Brazil, China, & the United States**. *International Review of Public Administration*, v. 18, n. 1, p. 121-144, 2013.
- GEBERT, I. M.; DE MELLO-SAMPAYO, F. **Efficiency of BRICS countries in sustainable development: a comparative data envelopment analysis**. *International Journal of Development Issues*, v. 24, n. 1, p. 38-56, 2025a.
- GEBERT, I. M.; DE MELLO-SAMPAYO, F. **Navigating the path to sustainable development in BRICS countries**. *Journal of International Development*, 2025b. DOI: 10.1002/jid.70028.
- GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GUPTA, S.; VERHOEVEN, M. **The efficiency of government expenditure: experiences from Africa**. *Journal of Policy Modeling*, v. 23, n. 4, p. 433-467, 2001.
- IBP – INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey 2023**. Washington: IBP, 2023. Disponível em: <https://internationalbudget.org/open-budget-survey-2023/>. Acesso em: 15 out. 2025.
- ÍNDIA. **Fiscal Responsibility and Budget Management Act, 2003**. New Delhi: Ministry of Law and Justice, 2003.
- ÍNDIA. **Union Budget Documents 2024-25**. New Delhi: Ministry of Finance, 2024.
- JAKOVLJEVIC, M. **Comparison of historical medical spending patterns among the BRICS and G7**. *Journal of Medical Economics*, v. 19, n. 1, p. 70-76, 2016.
- JOY, J.; PANDA, P. K. **Pattern of public debt and debt overhang among BRICS nations: an empirical analysis**. *Journal of Financial Economic Policy*, v. 12, n. 3, p. 399-417, 2020.
- KAPUR, D.; MEHTA, P. B. **Indian higher education reform: from half-baked socialism to half-baked capitalism**. CID Working Paper No. 108. Cambridge: Harvard University, 2007.
- LOPES JR., G. P. **The Sino-Brazilian principles in a Latin American and BRICS context: the case for comparative public budgeting legal research**. *Wisconsin International Law Journal*, v. 33, n. 1, p. 1-55, 2015.
- LOU, J. **China's fiscal reform and its relevance to the current crisis**. In: HUANG, Y.; BOCCHI, A. M. (Eds.). **Reshaping economic geography in East Asia**. Washington: World Bank, 2008. p. 189-207.
- MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Public finance in theory and practice**. 3 ed. New York: McGraw-Hill, 1989.
- NSF – NATIONAL SCIENCE FOUNDATION. **Science and Engineering Indicators 2024**. Alexandria: NSF, 2024. Disponível em: <https://nces.nsf.gov/pubs/nsb20243>. Acesso em: 15 out. 2025.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: United Nations, 2015.
- RAJKUMAR, A. S.; SWAROOP, V. **Public spending and outcomes: does governance matter?** *Journal of Development Economics*, v. 86, n. 1, p. 96-111, 2008.



RAVALLION, M. **A comparative perspective on poverty reduction in Brazil, China, and India.** World Bank Research Observer, v. 26, n. 1, p. 71-104, 2011.

RÚSSIA. **Budget Code of the Russian Federation No. 145-FZ.** Moscow: State Duma, 1998.

RÚSSIA. **Ministry of Finance Budget Reports 2024.** Moscow: Ministry of Finance, 2024.

SCIMAGO. **SJR – SCImago Journal & Country Rank 2024.** Granada: SCImago Research Group, 2024.

SIPRI – STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Military Expenditure Database 2024.** Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 15 out. 2025.

TESOURO NACIONAL. **Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência.** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2023.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2024: Making our future.** New York: UNDP, 2024. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24reporten.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Global Education Monitoring Report 2024.** Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391406>. Acesso em: 15 out. 2025.

WEHNER, J. **Assessing the power of the purse: an index of legislative budget institutions.** Political Studies, v. 54, n. 4, p. 767-785, 2006.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Health Expenditure Database 2024.** Geneva: WHO, 2024.

WORLD BANK. **World Development Indicators 2024.** Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 15 out. 2025.